

Andrea Nogueira Pereira

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

2C Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento

**Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2024**

Andrea Nogueira Pereira

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

2C Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento

Assinatura da discente:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'A. Nogueira', is written over a horizontal line.

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento, sob a orientação da Professora Doutora Catarina Simões.

**Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2024**

Instituição e local do estágio: Cáritas Diocesana do Porto, Porto-PT

RESUMO: A multiculturalidade das sociedades desafia os direitos de cidadania, especialmente quando se trata da integração de migrantes. Este trabalho pretende demonstrar a importância das Organizações Não Governamentais na construção de cenários com maior segurança alimentar para os estrangeiros que chegam à Portugal com a intenção de residir. Essa construção afetará positivamente, além dos migrantes, os próprios portugueses, na medida em que ambos são parte de um todo, qual seja o próprio país e sua economia. Para tanto, além de apresentar um projeto social implementado pela ONG Cáritas Diocesana do Porto, o estudo acadêmico sobre o papel das ONGs na saúde e segurança alimentar da população migrante propõe confirmar que, sob a perspectiva do direito à alimentação, qualquer meta inferior a 100% de segurança alimentar pode implicar condescendência com a desnutrição e suas graves sequelas.

Palavras-chave: Cáritas, migrantes, saúde, segurança alimentar e nutricional.

ABSTRACT: The multiculturalism of societies challenges citizenship rights, especially when it comes to the integration of migrants. This work aims to demonstrate the importance of Non-Governmental Organizations in building scenarios with greater food security for foreigners arriving in Portugal with the intention of residing. This construction will positively affect, in addition to migrants, the Portuguese themselves, as both are part of a whole, namely the country itself and its economy. To this end, in addition to presenting a social project implemented by the NGO Cáritas Diocesana do Porto, the academic study on the role of NGOs in the health and food security of the migrant population proposes to confirm that, from the perspective of the right to food, any target lower than 100 % food security may imply complacency towards malnutrition and its serious consequences.

Keywords: Caritas, migrants, health, food and nutrition security.

ABREVIATURAS

ACM - Alto Comissariado para Migrações

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

LNCF - Liga Nacional Contra a Fome

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PEM – Plano Estratégico para as Migrações

UE – União Europeia

INDICE DE FIGURAS

Figura 1: Palestra sobre saúde oral	20
Figura 2: Palestra sobre segurança alimentar e nutrição	20
Figura 3: Aula sobre como preparar um <i>curriculum</i>	21
Figura 4: Aula sobre primeiros socorros	22
Figura 5: Aula 2 sobre primeiros socorros	22
Figura 6: Espaço de entretenimento infantil	22
Figura 7: Espaço de entretenimento para adolescentes	23
Figura 8: Intervalo entre as palestras/ convívio	24
Figura 9: Aula sobre a confecção de pasteis de nata	24
Figura 10: Aula sobre armazenamento de produtos alimentícios	25
Figura 11: Jantar de Natal	26
Figura 12: Sobremesas típicas de Portugal	26
Figura 13: Convívio	26
Figura 14: Ambiente Natalino	27
Figura 15: Mesa preparada para os convidados	27
Figura 16: Prendas para os participantes	27

INDICE DE TABELAS

Tabela 1: Lista de alimentos/ nomes de acordo com os países	26
---	----

ÍNDICE

Resumo	i
Abstract	ii
Abreviaturas	iii
Índice de Figuras	iv
Índice de Tabelas	v
Introdução	9
1. Descrição da entidade / Contexto do estágio	12
1.1 Lorenz Weithmann, fundador da Cáritas	13
1.2 Cáritas do Porto e o Projeto Social PertenSer+	16
2. Atividades desenvolvidas e relevância	18
2.1 Levantamento dos registos de atendimentos sociais	18
2.2 Fase preparatória	18
2.3 Ações Coletivas	19
2.3.1 <i>Primeira Ação – Rasteio Oral, Segurança Alimentar e Nutrição</i>	19
2.3.2 <i>Segunda Ação – Emprego e Saúde</i>	21
2.3.3 <i>Terceira Ação – Sensibilização para política de recrutamento do Grupo</i>	24
2.3.4 <i>Quarta Ação – Emprego e Saúde</i>	25
2.4 Material informativo	28
2.5 Análise crítica e conclusão	29

3. Análises de conceitos / práticas	32
3.1. Caridade, Solidariedade e Ação humanitária	32
4. Estudo académico - O Papel das ONGs na segurança alimentar e nutricional da População Migrante.....	37
4.1 Noções de segurança alimentar e nutricional na promoção à saúde	37
4.2 Migração e insegurança alimentar	42
4.3 Papel das ONGs e o combate à insegurança alimentar	45
Conclusão	48
Referências bibliográficas	49

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao Professor Doutor João Casqueira que tornou possível a minha participação nesse mestrado, e me ajudou a derrubar, com sua sabedoria e espírito educativo, vários obstáculos que me impediriam de chegar até aqui.

Agradeço a minha orientadora, Professora Doutora Catarina Simões, que dedicou tempo, conhecimento e paciência para ensinar uma pessoa com formação jurídica a escrever sobre saúde e segurança alimentar e nutricional.

Agradeço aos meus filhos, Eduardo e Gabriel, por virem comigo à Portugal e por suportarem todos os desafios que lhe foram impostos, enquanto eu me dedicava a estudar.

Agradeço à dra. Daniela Guimarães por me oportunizar viver a imensa experiência de amor e acolhimento, enquanto executava o projeto social da Cáritas do Porto. Também por me levar a lugares onde pude construir bases de uma futura experiência profissional. Posso dizer que o meu estágio transcendeu a expectativa do aprendizado para alcançar o desejo de ser humano, tal qual a pessoa que me coordenou.

Por fim, e nem por isso menos importante, agradeço e louvo a Deus, maior professor, melhor amigo e amoroso Pai.

INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o resultado de um estágio realizado no âmbito do Mestrado em Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento, em colaboração com a execução de um projeto voltado aos migrantes em Portugal, especialmente aqueles vindos da América Latina.

O Instituto Nacional de Estatística de Portugal, criado por Lei, publicou em 16 de novembro de 2023 que a população residente em Portugal aumentou em resultado de um crescimento migratório positivo, diverso da taxa de crescimento natural que se manteve negativa (INE, 2023). Portugal atrai imigrantes de países com menor grau de desenvolvimento, pois os portugueses já não são aproveitados adequadamente no mercado local, precisando migrar para outros países que aproveitem sua mão de obra de alta qualificação (Afonso, 2004). Segundo este autor, se o esforço e a produtividade dos portugueses fossem bem remunerados, a necessidade de emigração seria muito menor.

Segundo a diretora do Observatório das Migrações de Portugal, alguns setores econômicos entrariam em colapso sem os imigrantes (Oliveira, 2022). Dados recentes da Segurança Social apontam que em 2022 as contribuições dos imigrantes para esta entidade bateram recordes e atingiram €1861 milhões, sendo a saída de prestações sociais para imigrantes de €257 milhões, resultando, portanto, num saldo positivo para Portugal (Oliveira, 2023). Esta autoridade portuguesa em assuntos de migração frisou que é necessário encarar as migrações como um processo a ser gerido para benefício dos países de destino, países de origem, e dos próprios migrantes (Bronzin, 2024).

Como forma de atuar na promoção da inclusão dos imigrantes em Portugal, o país já havia organizado no ano 2007 um Plano para a integração do imigrante (República, 2007). Em 2015, as prioridades desta integração foram incluídas no chamado Plano Estratégico para as Migrações (PEM), qual prevê, dentre outras ações, programas de apoio linguístico através da oferta da disciplina de Português Língua não materna no currículo dos ensinos básico e secundário. Através do PEM ainda foi possível executar projetos dirigidos aos jovens com vistas à promoção da inclusão social e prevenção da criminalidade (Programa Escolhas, 2001). E para enfrentar carências na educação financeira de adultos e jovens migrantes, contou como o desenvolvimento de ações de empreendedorismo (Projeto Ábaco, 2009).

Martins (2019) explicou que os processos migratórios bem como a precária integração do migrante na nova sociedade, podem intensificar a vulnerabilidade do indivíduo e seu grupo, afetando até suas práticas alimentares. Os migrantes enfrentam situações típicas em qualquer parte do mundo: incertezas, medo de ser mandado de volta, dificuldade de ser atendido pelos órgãos públicos para regularizar sua residência, desemprego, dificuldade de adaptação às práticas alimentares locais, frio, habitação inadequada devido aos elevados valores das rendas, dentre outros desafios (Barcelos, 2023).

Muitas pessoas chegam em Portugal com o objetivo de residir, mas passam a trilhar uma vida de inseguranças enquanto não conseguem regularizar sua estadia no país e permanecem apenas com o visto de turista no passaporte. Mulheres e homens migrantes, por vezes trazendo seus filhos menores de idade, buscam em Portugal a oportunidade de trabalho, remuneração e segurança que não usufruíram em seu país natal. Enquanto trilham sua jornada de sobrevivência, enfrentam situações que são típicas em qualquer parte do mundo: incertezas, medo de ser mandado de volta, dificuldade de ser atendido pelos órgãos públicos para regularizar sua residência, desemprego, dificuldade de adaptação às práticas alimentares locais, frio, habitação inadequada devido aos elevados valores das rendas, dentre outros desafios (Barcelos, 2023).

Nesse cenário, um projeto denominado PertenSer+ foi implementado pela Cáritas Diocesana do Porto, objetivando viabilizar aos migrantes a partilha das suas dificuldades, o direito de falar sobre suas dores, medos e sonhos até se sentirem efetivamente acolhidos. E nesse panorama de atendimento humanitário, a saúde e a segurança alimentar dos envolvidos foram alvo de atenção especial.

O presente documento traz relatos sobre o desenvolvimento do mencionado projeto, descortinando o papel de uma Organização Não Governamental (ONG) na saúde e segurança alimentar de famílias migrantes que vivem no distrito do Porto a precisar de apoio social, alimentos e outras assistências. Na parte final deste trabalho, um estudo acadêmico realça os desafios para garantir a segurança alimentar e nutricional da população migrante, apresentando o papel das ONGs no combate à insegurança alimentar.

Como objetivo geral do estágio está a aplicação dos conhecimentos adquiridos no mestrado de Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento para ajudar famílias migrantes. E como objetivos específicos importa sublinhar: elaborar material informativo voltado às pessoas migrantes em Portugal, especialmente os advindos da América Latina; atuar diretamente na execução de um projeto social, fortalecer o vínculo e a parceria entre a Instituição do Estágio e a Universidade, produzir material científico sobre uma ação humanitária concreta.

1. Descrição da entidade / Contexto do estágio

O local do estágio foi a Cáritas Diocesana do Porto. A Cáritas é uma instituição promovida pela hierarquia eclesial da Igreja Católica Apostólica Romana. É uma ONG com mais de 120 anos, que surgiu em um contexto de conflitos marcado pela luta contra a escravidão étnica de povos na Europa, provenientes da África, servindo para colocar em destaque o nascimento de uma sociedade de mercadoria que a Revolução Industrial fizera nascer (Teixeira, 2015).

Padilha & Mancia (2005) dizem que a Cáritas vestiu a caridade de elementos essenciais ao bem comum, chegando a inspirar até mesmo o Estado. Contam que no final do século XIX a caridade tornou-se questão de saúde pública levada a cabo por grupos religiosos, quais assumiam responsabilidades em sítios em que se verificava a ausência total ou parcial do Estado.

Um recente estudo sobre a contribuição das práticas desenvolvidas pela Cáritas em favor da pedagogia social, explicou que essa instituição promove educação fundamentada na Pedagogia Social, sendo, inclusive, importante a sua apresentação aos futuros profissionais da área. Concluíram os pesquisadores que o trabalho pela promoção humana desenvolvido pela Cáritas, de forma desafiadora, no contexto não escolar, é essencial à educação como um todo (da Rosa & Orzechowski, 2023).

Silva (1989) já falava sobre a importância do voluntariado na sociedade portuguesa e aproveitou para apontar a Cáritas como uma organização não governamental com bastante representatividade no assunto. Um estudo sobre as migrações e a integração em Portugal realizado pela Câmara Municipal de Viana do Castelo (de Países, 2022, p.39), menciona a experiência da Cáritas no acolhimento e integração de migrantes:

“considerando a importância de um serviço como este e o seu empenho na promoção do ser humano e no desenvolvimento da ação sociocaritativa da Igreja, a Cáritas Diocesana tem feito um esforço para assegurar este apoio aos migrantes, mantendo o CLAIM em funcionamento, centrando a intervenção no acolhimento e integração dos migrantes.”

Camargo (2015) fala da missão da Cáritas como um organismo eclesial de promoção humana. Ao analisar a injustiça social causada pela forte assimetria entre ricos e pobres no sistema capitalista, o autor destaca que a Cáritas é sempre necessária.

1.1 Lorenz Weithmann, fundador da Cáritas

O livro de Romanos, na Bíblia Cristã anota que “onde o pecado abundou, superabundou a graça” (Sagrada, 1969, Rm 5:20) numa das “mais célebres e densas páginas da teologia”, segundo dos Santos Vaz (2016). Este autor ainda explica que o apóstolo escritor da frase pretendeu dar um sentido moral ao pecado, fixando o entendimento de que o nascedouro de uma ação ruim pode vir a remediar-se através de outras ações, assim completando (p.183):

“o pecado aqui em causa não é cometido efetivamente pelo Homem primordial (...). É o que cada pessoa e todas as pessoas podem encontrar dentro de si e à sua volta, na sociedade; é uma situação real que nos envolve, um poder que tende a dominar-nos, como a morte – diz Paulo –, da qual não conseguimos escapar por nós próprios”.

O destaque de uma passagem bíblica no centro deste estudo sobre ações humanitárias se justifica especialmente nesta parte dedicada à uma organização com nascedouro na igreja católica. Nesse sentido, a Alemanha, cujo passado está manchado pelo nazismo, também conta com o protagonismo de figuras emblemáticas, cujas atuações ajudaram a construir um caminho com sentido na contramão do estigma de maldade impresso na história. Foi também na Alemanha que nasceu Lorenz Werthmann, no ano de 1858, ordenado padre católico em 1883, fundador da primeira Cáritas.

Dentro do contexto humanitário, Teixeira (2015, p. 342) explica que a caridade Alemã, ao fim do século XIX, era destaque, ao ponto de se tornar um referencial para outros contextos:

“Ao fim do século XIX na Alemanha, as obras de caridade iniciadas na década de 1820 estavam florescendo e se tornando referencial para outros contextos. As mulheres agora se

interessavam em ser enfermeiras e muitos hospitais eram assistidos por diaconisas. Muitas instituições de saúde surgiam do trabalho diaconal. O trabalho voluntário era amplamente incentivado. A missão de evangelização das igrejas agora estava ligada, em grande parte, ao serviço caritativo e pesquisas acadêmicas começavam a contribuir na superação dos problemas e servir de suporte discursivo-político.”

O padre Lorenz Werthmann começou a Cáritas desde 1897, através da chamada *Charitasverband para a Alemanha Católica*, que 25 anos depois passou a ser chamada Cáritas Alemã (Cáritas, 2024), precedida pela Cáritas Suíça de 1901 e Cáritas dos Estados Unidos de 1910. No auge associativismo católico, período anterior à 1ª Guerra, “o número de membros de organizações caritativas católicas alemãs chegou a 588.000” (Werle, 2006, p. 45). Além de contribuir para a internacionalização da Igreja Católica, essa Organização serviu para socorrer pessoas vítimas de catástrofes naturais, de guerras ou de situações e para a expansão da sua tradicional prática na mediação da pobreza (Rodrigues, 2007).

A Cáritas da Alemanha foi uma experiência exitosa da Igreja Católica de Roma, que incentivou, no ano de 1947, o projeto da Caritas Internationalis, fazendo nascer, em 1950, a Confederação que uniu as Cáritas do mundo, inicialmente representada por 13 países (Puzzi, 2013).

Lorenz Werthmann era um apoiante do colonialismo alemão, qual representou em vários discursos sobre a missão aos gentios. Paralelamente, ele empenhava-se nos cuidados com os imigrantes, em busca do bem estar dessas pessoas. Uma rede secreta da Igreja Católica, chamada “*Raphaelsverein*”, em português “*Verein de Raphael*”, que operou durante a segunda guerra mundial para resgatar judeus e outros que estavam em perigo de serem internados em campos de concentração, passou às mãos de Werthmann no ano de 1914, consolidando sua fama de cuidador de imigrantes (Lorenz Werthmann, 2024).

No que pese a atuação reconhecida de Werthmann com migrantes, Wegmann (2006) fala sobre “o lado negro colonial” dele, explicando que a colonização estaria

contraproposta à democratização e que a ideia sócio-romântica de uma sociedade colonial baseada em classes, liderada por nobres católicos, era apenas uma variante conservadora.

O compromisso para com a germanidade no exterior por parte de Werthmann também reforça a compreensão do seu trabalho com migrantes que, na verdade, não se tratava simplesmente de acolher estrangeiros na Alemanha, mas de tratar dos alemães que migravam para outros países. Havia ali uma preocupação real no sentido de preservar a germanidade no exterior sobre as perspectivas da emigração alemã (Wegmann, 2006).

Num discurso acalorado de Werthmann, durante o evento intitulado “O Futuro da Germanidade no Mundo” (Wegmann, 2006, p. 14), importa destacar algumas de suas palavras:

“Deve-se ter especial cuidado para garantir que o emigrante não perca a cultura, a língua, a religião e os costumes alemães. Obstáculos de todos os tipos precisam ser eliminados. Para fazer isso, todas as forças teriam que ser exercidas. Porque mesmo que tudo desmorone, a germanidade deve sobreviver.”

Um estudo feito por Seidl (2003) intitulado a “Elite Eclesiástica do Rio Grande do Sul”, mostra que a linha de atuação de Lorenz Werthmann perdurou. O autor explica que a partir do século XIX houve, no Brasil, o fomento massivo a uma identidade étnica que envolvesse os imigrantes alemães no sentimento de pertencimento à cultura Alemã, apesar de estarem vivendo fora do seu país, ou mesmo para os seus descendentes que já nasciam brasileiros. O autor revela que muito dessa formação de identidade germânica foi conduzida pela igreja católica, através dos seus sacerdotes, que utilizavam a imprensa para fortalecer na população alemã católica o sentimento de pertencimento à Alemanha e toda a sua cultura, mesmo estando em outro país.

Apesar de todo este arcabouço sobre as ideias “germanizadoras” do Padre Lorenz Werthmann, a Igreja, ou mesmo a Cáritas não se despiu da neutralidade e da imparcialidade exigidas nas ações humanitárias. Campanholo (2019) destaca várias notícias midiáticas no período da forte imigração alemã no Brasil, quais abordam a importância das organizações católicas, sob a égide da Cáritas, para imigrantes na África, Ásia, América Latina e Oceania. E esses apoios efetivos, segundo o autor que cuidou de

apontar os respectivos jornais, não beneficiavam apenas imigrantes de origem alemã (p.44):

“Na edição do dia 14 de novembro de 1956, o jornal carioca Correio da Manhã informava o envio de cinco mil toneladas de donativos, entre alimentos, remédios e roupas, à Viena, na Áustria, e destinados aos refugiados húngaros.”

A época da fundação da Cáritas também foi marcada pela luta contra a escravidão étnica de povos na Europa, provenientes da África, qual escancarou o nascimento de uma sociedade de mercadoria que a Revolução Industrial fizera nascer. Essa luta, segundo Teixeira (2015) formou grupos católicos que tinham o padre Lorenz Werthmann à sua espreita, a focar na promoção do bem-estar dos menos privilegiados pelas novas aquisições da industrialização.

Lorenz Werthmann morreu no dia 10 de abril de 1921. Não há registros sobre a causa mortis ou qualquer outro detalhe, além da sua idade (62 anos). Morreu, mas deixou para a humanidade uma organização de ajuda humanitária, reconhecida mundialmente, e que perdura até os tempos hodiernos.

1.2 Cáritas do Porto e o Projeto Social PertenSer+

Como membro da Cáritas Internationalis, está a Cáritas Portuguesa.

Como membro federado da Cáritas Portuguesa, a Cáritas Diocesana do Porto foi criada no ano de 1982 e desde então atua como Instituição Particular de Solidariedade Social, inscrita no Instituto Português de Seguridade Social, posteriormente reconhecida através do Decreto Lei nº 119/83, art. 51 (República, 1983).

A Cáritas Diocesana do Porto realiza vários trabalhos sociais, desde a ajuda emergencial alimentar, entrega de medicamento sob receita médica ou entrega de roupas, encaminhamento aos corretos serviços públicos para fins de eventuais regularizações e acolhimento humanitário. Mas apesar de contar com mais de 40 anos, essa ONG ainda não havia particularizado ou registrado o atendimento aos migrantes como uma atividade especial. Já no ano 2023, essas pessoas pareciam estar no foco das assistências prestadas.

As famílias migrantes chegavam com maior frequência à Cáritas do Porto em busca de roupas, alimentos e informações que pudessem ajudá-los na sua regularização junto à Portugal.

A Cáritas atendia a todos que batiam às suas portas, indiscriminadamente, não importando sua origem, ou o motivo de estarem em Portugal. Para a Cáritas, ali haviam pessoas, não apenas migrantes. Pessoas com fome ou doentes. Doentes da alma ou do corpo. Não cabia naqueles atendimentos o julgamento prévio da condição do migrante ou da sua forma de ingresso no país.

De fato, os atendimentos aos migrantes não mereceram, até aquele ano de 2023, um registro especial. Mas já era necessário compreender o que se passava com aquelas pessoas que saíam do seu país para viver num outro, submetendo-se às dificuldades econômicas narradas, além da dificuldade de inserção cultural, de compreensão da língua e dos costumes de Portugal. Tamanho senso de humanidade presente nas pessoas que atuavam naquela ONG, somada à percepção de que as pessoas migrantes atendidas se sentiam muito sozinhas, fez nascer um projeto social fincado no acolhimento para gerar nos beneficiários o sentimento de pertencimento à Portugal. O projeto social foi nomeado *PertenSer+* e também serviria de base de investigação da segurança alimentar e nutricional dos elementos participantes.

Como intervenientes do Projeto, importa sublinhar as seguintes metas definidas:

1. O fortalecimento da rede de articulação entre serviços públicos e sociedade civil organizada de modo a fortalecer e acelerar o processo de integração e autonomização;
2. O acompanhamento dos processos de integração, envolvendo as famílias nos laços de amizade com outros migrantes que podem mutuamente apoiar-se.
3. O sentimento de acolhimento e pertencimento social dos migrantes, enquanto vivem em Portugal.

O tempo de execução desse projeto social foi de 5 (cinco) meses para depois serem analisados os seus resultados e eventual necessidade de ampliação temporal. O início deu-se em setembro de 2023 encerrando-se em fevereiro de 2024.

2. Atividades desenvolvidas e sua relevância

As atividades desenvolvidas durante o estágio integraram o projeto PertenSer+.

2.1 Levantamento dos registos de atendimentos sociais

Havia na Cáritas do Porto um fichário, utilizado como fonte de um levantamento inicial dos atendimentos sociais realizados a famílias migrantes entre janeiro e agosto do ano 2023. Os migrantes identificados foram contactados para se saber se ainda estavam em Portugal e se precisavam de algum apoio. Este levantamento foi concluído em meados da segunda quinzena de setembro, concomitantemente ao tempo de submissão do projeto à direção geral da Cáritas Diocesana do Porto. Como resultado do levantamento, registou-se 46 famílias migrantes atendidas entre 01/01/2023 a 31/08/2023. Um pouco mais da metade dessas famílias ainda estava no Porto ou ainda precisava de algum apoio social.

Essa fase de levantamento de dados, seguida do registro das famílias, serviu de base para justificar a necessidade do projeto, antecipando a formulação das ideias que lhe forjaram a estrutura. Assim, melhor nominá-la como: fase pré-projeto.

2.2 Fase preparatória

Com o projeto devidamente aprovado pela direção geral da Cáritas Diocesana do Porto, as 46 famílias foram contactadas. Destas famílias, 23 manifestaram interesse em participar das ações no âmbito do Projeto PertenSer+. Contou-se 23 homens adultos (1 até 30 anos), 25 mulheres adultas (total de 9 adultos até 30 anos), 7 crianças de 0 a 2 anos e 27 crianças de 3 a 17 anos. As nacionalidades dos migrantes variavam, sendo majoritárias da América Latina: 28 Colombianas, 14 Brasileiras, 12 Venezuelanas, 10 Argentinas, 6 Peruanas, 4 Indianas, 3 El Salvadorenhas, 2 Italo-Venezuelanas, 1 Portuguesa, 1 Americana e 1 Chilena.

Passamos a computar os recursos humanos.

Foi possível contar, inicialmente, com três Técnicas Sociais, uma Auxiliar de Ação Social, uma Auxiliar Administrativa, dois Auxiliares de Serviços Gerais, dois

Voluntários, uma Nutricionista, uma Dentista, dois Professores de Enfermagem, uma Estagiária de Ação Humanitária e cinco Estagiários de Enfermagem.

Na medida em que o projeto avançava em tempo e execução de atividades integrativas, era possível convidar outras pessoas para reforçar os recursos humanos.

As atividades desse projeto social – por ser ainda experimental - eram planejadas na medida em que conseguimos pontuar as necessidades dos migrantes, somando-se a isso os recursos humanos da *cáritas* disponíveis e correspondentes àquelas necessidades. Assim, a 2ª ação foi planejada após a execução da 1ª ação, bem como a 3ª ação foi planejada após a conclusão da 2ª. Da mesma forma ocorreu quanto à 4ª ação.

2.3 Ações Coletivas

Ao longo de 4 meses foram realizadas 4 Ações destinadas à integração das famílias migrantes e alcance das metas do Projeto. Cada ação era antecipada de reuniões e planejamentos, com vistas a realização de convites às famílias migrantes e aos contatos com profissionais qualificados a atuar colaborativamente na execução do Projeto. Esses profissionais seriam parceiros da *Cáritas* durante a execução do projeto.

Das famílias registradas inicialmente, 16 (dezesesseis) foram diretamente beneficiadas pelas ações desenvolvidas ao longo de quatro meses, especificamente: 16 homens adultos, 18 mulheres adultas e 25 crianças e jovens dos 0 aos 17 anos.

2.3.1 Primeira Ação – *Rasteio Oral, Segurança Alimentar e Nutrição*

A primeira atividade, realizada num dia de segunda-feira, contou com a participação de nove famílias. E já nesse momento foi possível verificar a dificuldade de adesão da maioria dos migrantes a qualquer ação em dias úteis, pois muitos estavam empregados e não dispunham de tempo fora dos finais de semana.

A indisponibilidade dos migrantes de participar de atividades em dias úteis ensejou da *Cáritas* uma reorganização do horário laboral, já que nos finais de semana também não havia expediente de trabalho na instituição. A partir daí, houve o aumento exponencial do trabalho voluntário dentro da organização.

Nessa primeira atividade chamada de Ação de Rastreamento Oral, Segurança Alimentar e Nutrição, dentistas e enfermeiros realizaram os rastreios orais e as palestras sobre saúde e bem estar. Em paralelo, os outros voluntários e os estagiários observavam o comportamento e atitudes dos migrantes presentes, conversavam com os mesmos e anotavam sobre suas experiências pessoais em Portugal. Além disso, ofereciam apoio às crianças, enquanto os pais focavam a atenção nos conteúdos ministrados.



Figura 1: Palestra sobre saúde oral
Fonte: Elaborada pela autora

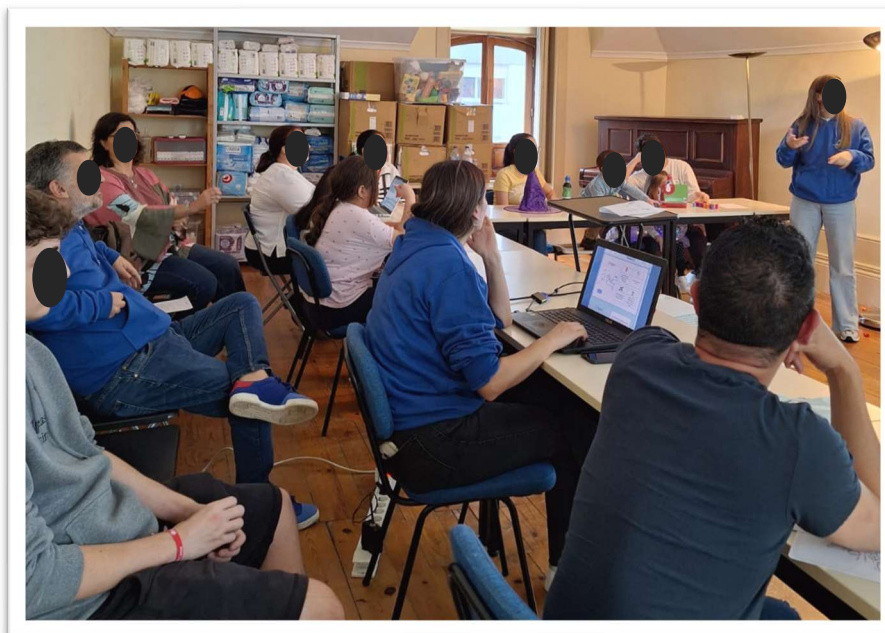


Figura 2: Palestra sobre segurança alimentar e nutrição
Fonte: Elaborada pela autora

Houve também, nesse dia, a distribuição de materiais informativos sobre alimentação saudável e de objetos para uso pessoal voltado aos cuidados da saúde oral.

2.3.2 Segunda Ação – Emprego e Saúde

O segundo momento coletivo consistiu na reunião das famílias migrantes para ouvirem palestras sobre o mercado de Trabalho de Portugal e para desenvolverem suas competências parentais, com base em primeiros socorros pediátricos e avaliação do estado de saúde das crianças.

Tudo isso ocorreu num dia de sábado, de forma a aumentar o número de famílias migrantes participantes.

Com foco na necessidade de inserção dos migrantes no mercado de trabalho de Portugal, especialistas na área de recursos humanos (convidadas pela Cáritas) ensinaram os presentes a preparar um bom curriculum. Outros Professores da área de saúde (também convidados) ensinaram noções básicas dos primeiros socorros aos migrantes com filhos. E durante as palestras estiveram presentes enfermeiros voluntários a avaliar o estado de saúde de cada criança.



Figura 3: Aula sobre como preparar um *curriculum*
Fonte: Elaborada pela autora



Figura 4: Aula sobre primeiros socorros
Fonte: Elaborada pela autora



Figura 5: Aula 2 sobre primeiros socorros
Fonte: Elaborada pela autora

De modo a aplicar os conhecimentos adquiridos no Mestrado de Ação Humanitária, aproveitávamos momentos privados, em meio à ação coletiva, para conversar com as famílias e anotar seus anseios, dúvidas e expectativas. Também ficávamos com as crianças e com os adolescentes, num sítio afastado (espaço de entretenimento), enquanto os adultos aproveitavam o que lhes estava sendo ofertado a título de conhecimentos gerais para a vida profissional.



Figura 6: Espaço de entretenimento infantil
Fonte: Elaborada pela autora



Figura 7: Espaço de entretenimento para adolescentes
Fonte: Elaborada pela autora

Nesse dia foi possível verificar maior integração entre os participantes do projeto. Já havia trocas de contatos e de experiências. Estava bem visível a formação de laços de amizade e cooperação diante dos desafios comuns que todos enfrentavam como migrantes em Portugal. Este momento parecia cumprir a finalidade apontada de verificação da saúde para eventuais encaminhamentos, mas também cumpriu a finalidade de aproximar os participantes. Além das palestras, puderam contar com prendas e auxílio alimentar.



Figura 8: Intervalo entre as palestras/ convívio
Fonte: Elaborada pela autora

2.3.3 Terceira Ação – Sensibilização para política de recrutamento do Grupo

Num terceiro momento, reunimos migrantes desempregados numa atividade com vistas à sua empregabilidade.

Fizemos a visita a duas empresas. Primeiro, visitamos uma empresa especializada na produção e comercialização de pastéis de nata, depois visitamos um restaurante.

A ação foi realizada num único dia. Os empresários da área da restauração na cidade do Porto (proprietários das empresas visitadas), ensinaram sobre o processo de produção de alimentos, com base na metodologia utilizada por eles, além de instruir os presentes sobre regras de atendimento àquele público específico.



Figura 9: Aula sobre a confecção de pasteis de nata
Fonte: Elaborada pela autora



Figura 10: Aula sobre armazenamento de produtos alimentícios
Fonte: Elaborada pela autora

2.3.4 Quarta Ação – Emprego e Saúde

O quarto momento coletivo ocorreu em período natalício, pelo que se aproveitou a oportunidade para organizar uma Confraternização de Natal incluindo a cultura alimentar portuguesa, sem desassociar outros costumes alimentares mais característicos das famílias migrantes. Havia no cardápio da confraternização, por exemplo, o bacalhau. Mas também havia carne (tradicional para os argentinos) e arepas (tradicional para os colombianos e venezuelanos).



Figura 11: Jantar de Natal
Fonte: Elaborada pela autora

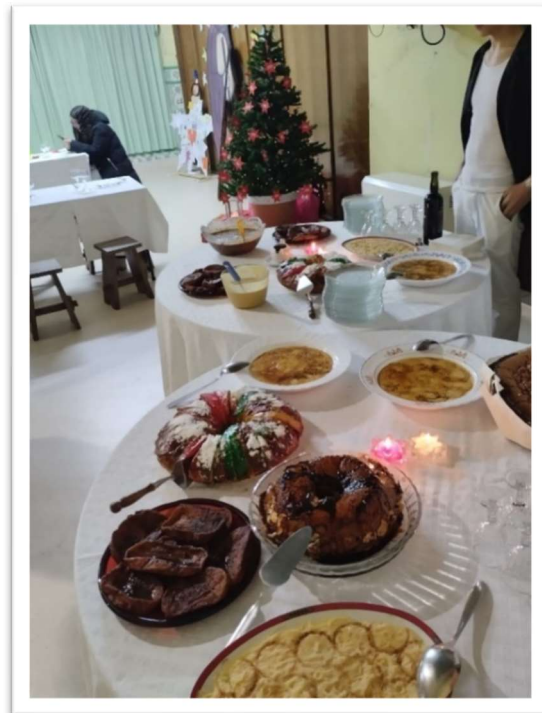


Figura 12: Sobremesas típicas de Portugal
Fonte: Elaborada pela autora



Figura 13: Convívio
Fonte: Elaborada pela autora



Figura 14: Ambiente Natalino
Fonte: Elaborada pela autora



Figura 15: Mesa preparada para os convidados
Fonte: Elaborada pela autora



Figura 16: Prendas para os participantes
Fonte: Elaborada pela autora

Durante os encontros e conversas no decorrer do Projeto, foi possível identificar sentimentos de solidão nas famílias migrantes. Havia saudade do país de origem e dos seus costumes alimentares, culturais, familiares e linguístico. Mas cada momento coletivo fortalecia o Protejo e o aproximava do alcance dos seus objetivos.

Esta ação foi uma inédita experiência alimentar para muitos migrantes ali presentes. Alguns compartilharam o sentimento de saudade das suas comidas típicas e de momentos de lazer com aquele. Começamos a perceber que a maioria daqueles migrantes procuravam nos alimentos comuns aos portugueses alguma relação com a sua forma de alimentar-se no seu país natal. Eles estavam sempre tentando assemelhar sabores, texturas e ingredientes. E enquanto não se adaptavam aos “novos alimentos” e modos de preparação, deixavam de comer, ou alimentavam-se sem uma preocupação com o valor nutricional do que escolhiam, ou conseguiam, colocar à sua mesa.

Como o projeto PertenSer+ foi concebido para além de um projeto de assistência direta, havia uma preocupação real com a segurança alimentar e nutricional de cada pessoa envolvida. Assim, diante da percepção de que havia naquelas pessoas atendidas o desejo de comer mais e melhor, ficamos estimulados a correlacionar os nomes de alguns alimentos de acordo com as nacionalidades ali presentes.

2.4 Material informativo

Durante aquelas interações com as famílias migrantes, percebemos que alguns alimentos, considerados importantes por elas, estavam disponíveis Portugal, mas passavam despercebidos por terem nomenclatura diferente.

Muitos migrantes manifestaram seu desinteresse pela comida portuguesa, além da acumulada saudade dos alimentos que eles preparavam em seu país de nascimento. Mas ocorria que eles não conseguiam identificar os alimentos que eram de sua preferência, porque seus nomes eram diferentes em Portugal. Alguns alimentos não eram facilmente reconhecidos sequer pelos migrantes brasileiros que compartilham da língua oficial portuguesa.

Em meio às conversas sobre comida e gostos alimentares, alguns migrantes se mostravam surpresos quando explicávamos, por exemplo, que pescada e merluza são o mesmo peixe (comparando Portugal e Argentina).

Tabela 1: Lista de alimentos/ nomes de acordo com os países

ALIMENTOS				
				
Novilho	Boi	Tenera	Tenera	Novilho
Lombo	Filé Mignon	Lomito	Lomo fino	Bife de Lomo
Enchido	Linguiça	Chorizo	Couriço	Chorizo
Aba	Fraldinha	Ganzo	Colita de cadeira	Vácio
Vazia	Capa de filé	Solomo de cuerito	Bola de Brazo	Bife de Chorizo
Picanha	Picanha	Punta trasera	Cadera	Tapa de cuadril
Pá	Paleta	Paleta	Paletero	Marucha
Maça	Peito	Pecho	Pecho	Pecho
Cachaço	Pescoço	Cogote	Cogote	Cogote
Térmita	Cupim e Termita	Joroba	Morillo	Jaroba
Fiambre	Presunto	Jamón	Jamón	Jamón
Pescada	Merluza	Pescado (não específico)	Pescado (não específico)	Merluza
Nata	Creme de Leite	Crema de leche	Crema de leche	Crema de leche
Bola de berlim	Sonho com creme	Sonho de padaria	Sonho de Padaria	Sonho de Padaria
Gelado	Sorvete	Helado	Helado	Helado
Caril	Curry	Curry	Curry	Curry
Arroz vaporizado	Arroz parbolizado	Arroz parbolizado	Arroz parbolizado	Arroz parbolizado
Feijão verde	Vagem	Vaina	Vaina	Vaina
Óleo de palma	Azeite de Dendê	--	--	--

A possibilidade de conhecer os nomes dos alimentos em Portugal, relacionando-os com os alimentos já conhecidos na Argentina, no Brasil e noutros países da América Latina, fez com que os migrantes se animassem em experimentar suas receitas típicas em terras lusitanas. Com isso, esperávamos que a alimentação daquelas famílias pudesse melhorar em termos de qualidade, quantidade e frequência.

2.5 Análise crítica e conclusão

O Projeto Social da Cáritas do Porto viabilizou para os migrantes atendidos, de forma gratuita, muitos atendimentos e cuidados, através de médicos, dentistas,

enfermeiros e palestrantes voluntários, além da entrega de roupas para suportar o inverno, através do roupeiro social da organização, entrega de medicamentos, pelo programa institucional Farmácia Popular, entrega de alimentos em cabazes e entrega de tickets refeição, além de realizar encaminhamentos, devidamente intermediados, aos serviços públicos administrativos.

Mesmo sendo subordinada à igreja católica, a Cáritas não buscou imprimir religiosidade em suas ações. A organização focou suas ações na diminuição do sofrimento humano, independentemente de sua crença pessoal. O apoio emocional e material ofertado através do Projeto PertenSer+, porquanto visava a diminuição do sofrimento das famílias migrantes, constitui expressão do imperativo moral intrínseco às ações humanitárias.

A realidade experimentada pela Cáritas do Porto, ao ouvir atentamente as histórias dos migrantes que ali buscavam apoio, imprimia confirmação de algumas notícias mediáticas sobre a não compreensão da sociedade portuguesa diante do fenômeno da migração em seu país e até mesmo quanto à falta de perspectiva das pessoas que chegam à Portugal para aqui viver, mas não conseguem sequer um agendamento junto às autoridades de imigração para regularizar sua estadia no país.

Estando a Cáritas no centro deste trabalho, foi possível reconhecer que o seu nome transcende a tradução da própria palavra. De diversas formas, esta organização eclesial católica movimentava a caridade e a solidariedade nas suas ações. A raiz da Cáritas, fincada nos trabalhos voltados à população migrante, parece ter impulsionado o florescer de novas ações na cidade do Porto-PT. O animus criativo da equipa da Cáritas do Porto e a atuação através de atividades de apoio à toda e qualquer pessoa que bate à sua porta, transformou atendimentos básicos em atendimentos com vias de especialização.

O estágio universitário com participação ativa na execução do projeto social PertenSer+ possibilitou constatar a importância desta organização para a saúde e segurança alimentar da população migrante que procura à Cáritas do Porto em busca de assistência, alimentos e cuidados básicos à saúde. Estas pessoas acabam por encontrar algo além do que foram buscar. Elas encontram acolhimento humano e apoio para sua integração à sociedade portuguesa. O trabalho de proteção, assistência e integração dos

migrantes, pela Cárias do Porto, revela-a como um verdadeiro agente de implementação dos Direitos Humanos, sendo possível afirmar que esta organização não só afeta positivamente as pessoas que atende, mas ainda permite aos seus voluntários ter uma experiência humana-social em meio aos trabalhos que desenvolvem.

Seria prematuro apresentar resultados nominando-os consolidados, já que o projeto envolve o tratamento de vidas que englobam as perspectivas da segurança alimentar e nutricional dos participantes, além da sua saúde física e mental. Mas é oportuno mencionar que para além do fim, passados cinco meses entre atividades, acompanhamentos, observações, escutas, encaminhamentos e tantas outras ações concretas, chega-se a mais um ponto de partida: o recomeço. Este agora com mais certezas, mais experiência, mais direcionamento e, acima de tudo, mais esperança para salvaguardar vidas e reconhecer a pessoa humana além da pessoa migrante.

3. Análises de conceitos / práticas

3.1. Caridade, Solidariedade e Ação humanitária

As crises, as catástrofes naturais, a desigualdade social, as guerras, e tantos outros fenômenos, fazem crescer o número de organizações que adotam a solidariedade como o motor de suas ações. Para fins de não confundir os atos de solidariedade com a ação humanitária, esta parte do trabalho está dedicada aos seus conceitos. A abordagem de temas tão comuns às organizações não governamentais, perpassa pela compreensão conceitual da Caridade no campo da ajuda às pessoas mais necessitadas.

A Caridade, a Solidariedade e a Ação Humanitária serão abordadas nessa sequência para que, propositadamente, sejam reconhecidas como um caminho progressivo à força organizacional, sem, contudo, permitir que um ato desvalorize diretamente o outro ou prescindam-os.

A Liga Nacional Contra a Fome (LNCF, 2021), ao afirmar que a caridade não tem como objetivo alcançar a igualdade entre as pessoas e que esta é uma característica da solidariedade, explica que muitas vezes o caridoso sequer percebe o tamanho da crise humanitária que o receptor da ajuda está sofrendo. Pontua ainda que enquanto a caridade nasce do desejo de satisfação pessoal, a solidariedade objetiva resolver situações da atualidade como a diminuição do sofrimento humano. Assim, é possível afirmar que o ato de caridade teria foco nas relações com as quais a pessoa caridosa busca se beneficiar e que a caridade gera no doador uma sensação de alívio e bem-estar, a tornar oportuno portanto, benefícios para o receptor e para o próprio autor do ato caridoso, mesmo que em dimensões diferentes. A caridade “nem sempre é produto ou propulsora de relações solidárias e não está necessariamente no campo da justiça” (Pereira, 2003, p. 231).

Ao considerar as dores da pobreza e da fome, a caridade é sempre bem-vinda. Mas, no que pese os atos de caridade serem boas atitudes, alguns doutrinadores acreditam não haver como resolver os problemas sociais e econômicos que geram o sofrimento humano apenas com eles. Scharf (2013) fala da filantropia de resultados, explicando que a doação de dinheiro é um ato de caridade para melhorar a vida de outras pessoas, mas pode estar fundamentado na expectativa de um retorno significativo com o passar dos anos. Nesse caso, a caridade é vista como um investimento a curto ou longo prazo e faz o caridoso despender seu tempo na monitorização dos resultados obtidos com o seu ato

de bondade. Estes resultados podem ser financeiros ou de satisfação pessoal que alimentam a vaidade do doador. É possível, portanto, que pessoas colaborem como fim da pobreza sem ter em mente, necessariamente, este objetivo. Na linha de raciocínio de Scharf, quando pessoas participam de uma campanha de donativos ou quando, pessoalmente, entregam comida ou dinheiro a um morador de rua ou a um mendigo na porta de um supermercado, estas pessoas estão a exercer um ato caridoso, sem necessariamente estar revestido da intenção ou da capacidade de por fim à crise humana com a qual se deparou, sem olvidar que será um alívio momentâneo para a pessoa que recebeu a ajuda.

Pessoas e organizações conseguem aproveitar o desejo caridoso de outras para somar ao ato de caridade a busca por soluções concretas pela diminuição do sofrimento humano e pela igualdade entre as pessoas. Esse aproveitamento põe em dinâmica a solidariedade, que tem foco na resolução de problemas. Mais parece apropriado perceber a caridade com seus tem efeitos imediatos, enquanto a solidariedade pode precisar de muito mais tempo para alcançar seu objetivo.

Ribeiro de Castro (2014) ressalta que a palavra “caridade” parece ter vindo a desaparecer do léxico quotidiano, sucumbindo, ao longo dos tempos, à conotação negativa que foi pesando na sua utilização, por vezes associada a uma ajuda pequena.

Mariz (2015) acredita que a solidariedade querida e incentivada pela Igreja emergiu no século XIX emergiu conceituada para destacar os socialistas da época, deixando a caridade cristã em patamar inferior. O autor explica que a partir desta época uma distância conceitual começou a ser construída entre os termos caridade e solidariedade, mas por questões políticas do que realmente estruturais ou práticas. Ele ressalta que a caridade cristã, nessa época, começou a ser claramente ligada ao transcendente e ao amor a Deus, traduzindo-se no amor aos irmãos e na ajuda aos necessitados, mas sem conduzir a uma verdadeira reabilitação da pessoa humana. Mas toda essa construção conceitual, segundo o autor, visava projetar a solidariedade como uma nova ferramenta apontada como mais eficaz para depois tornar-se o pilar estruturante de ações políticas, de ações do mundo do trabalho, da ética social, da paz e da justiça social.

Segundo Almeida (2007) a caridade é um meio para se alcançar a solidariedade uma vez que “a solidariedade está fortemente ligada ao campo das emoções e seria uma sensibilidade para com os menos favorecidos que leva uma atitude de caridade” (p.68). Westphal (2008) explica que não existe um sentido exato para o termo solidariedade, sendo uma ação de estudo da sociologia, da filosofia e da política, e que até mesmo a modernização das sociedades interfere na sua compreensão.

Seja qual for o norte conceitual, percebe-se que dentro dos contextos de solidariedade e de caridade, é possível chegar ao humanitarismo. Ferreira (2004) diz que o humanitário nada mais é do que a atualização das concepções religiosas de assistência ao outro e que as ações humanitárias parecem revestir-se naturalmente de solidariedade. Já a solidariedade parece estar sempre acompanhada da caridade. Segundo Ruffin (1986), o humanitário transforma a caridade aliando-lhe a um projeto político e/ou social.

A Declaração conjunta do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho, do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia (Consenso Europeu, 2008) reza que a ajuda humanitária constitui uma expressão fundamental do valor universal da solidariedade entre os povos, bem como um imperativo moral. Martins (2014) diz que a ação humanitária é promotora de solidariedade intergeracional, e que uma ação humanitária *in loco* não merece ser consideradas como um simples ato de solidariedade.

No que pese a natural tentativa de separar conceitualmente a ação humanitária dos atos de solidariedade, o Instituto Camões (2023) descreve a Ajuda Humanitária como sendo toda e qualquer ação que contribua de forma imediata e eficaz para minimizar os efeitos das catástrofes de vária natureza junto das populações diretamente afetadas. Essas ações existem para apurar, amenizar, frear os efeitos de crises humanitárias desencadeadas por vários fatores e ajudam, defendem e protegem as pessoas afetadas. As ações, assim denominadas humanitárias, englobam a assistência material, logística, moral e até mesmo espiritual. Crise humanitária é uma situação de emergência generalizada, que afeta um grupo de pessoas, causando-lhe um grande sofrimento capaz de despertar noutras pessoas a percepção social e a consciência sobre o valor fundamental de um ser humano (Passos, 2022).

Sendo secular, a ajuda humanitária encontra-se presente em vários momentos durante a história, mas não da maneira codificada e dividida como se conhece hoje (Campos, 2008. p.6). Um longo e lento processo caracterizou o desenvolvimento, a institucionalização e a legitimação do dispositivo humanitário (Agier, 2003). As ações humanitárias seriam aquelas desenvolvidas por Organizações. Michel Agier ensina que poderíamos retrair a origem das ações humanitárias a partir de duas Organizações: as “Damas de Caridade” (ou “Associação Internacional de Caridades”), cujo propósito é o combate à pobreza através de pressões sobre estruturas geradoras de exclusão e também a “Confraria das Senhoras de Caridade” (ou “Filhas da Caridade”), ambas criadas em 1617 por São Vicente de Paulo, um padre católico declarado santo pelo Papa Clemente XXIII em 1737 (Vicente de Paulo, 2023). Mas é possível encontrar registros de que na Idade Média (por volta de 1856) - ou seja, bem antes de existirem as Organizações fundadas pelo Padre São Vicente - existiram padres camilos, orientados por São Camille de Lellis, que seguiam os exércitos nas guerras a fim de prestarem socorros às vítimas. Já 273 anos depois surgiu o que viria a ser o embrião da Cruz Vermelha (Seguchi, p. 200).

Esse breve relato que dá conta do surgimento de organizações humanitárias em 3 períodos diferentes, demonstram que não há um marco temporal exato para as primeiras organizações humanitárias no mundo. Ademais, considerando os conceitos de caridade e de solidariedade acabam por construir e envolver as ações humanitárias, pouco importa quando tudo começou. Os conceitos ora estudados devem servir de condução para a compreensão da necessidade de se organizar as ideias de ajuda às pessoas na construção de realidades que, de fato, diminuam o sofrimento humano no sentido de não ser possível retormar a dor.

Temos na base jurídica dos direitos protegidos pelas ações humanitárias a Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH. E esta formulação jurídica com noção no plano internacional é recente, sendo considerada a origem propriamente dita das primeiras ajudas humanitárias registradas, de alguma forma, na história.

A DUDH é formulada e influenciada pela experiência das duas guerras mundiais, sem perder de vista o conjunto de Tratados celebrados em Genebra, na Suíça, que versam sobre Direito Humanitário Internacional, cujo início data de 1864. A face da ajuda humanitária hoje é complexa, com centenas, senão milhares, de ONGs e outras

organizações de muitos países fornecendo uma variedade de esforços de ajuda e desenvolvimento (Rysaback-Smith, 2016).

Sendo um instrumento não só de ONGs, mas também de Estados, inclusive para intervenções de poder militar, as ações humanitárias ainda estão a perpassar por uma reconstrução conceitual, especialmente diante de uma sociedade moderna, carregada de tecnologia e acesso à informação, e com a multiplicação constante de pontos de vista. Num ponto, contudo, há singularidade: a ajuda humanitária deve basear-se nos princípios humanitários internacionais, porquanto envolvem direitos humanos indisponíveis. Tais princípios são endossados por Resoluções da Assembleia Geral da ONU que orientam o trabalho de todos os intervenientes que prestam assistência vital às pessoas necessitadas, sem qualquer distinção adversa (Resolução 46/182; Resolução 58/114). A adesão aos princípios humanitários facilita o acesso e a aceitação e ajuda os trabalhadores humanitários a realizar o seu trabalho (União Europeia, 2023).

Se fosse para apontar um caminho no sentido da elaboração de um manual de vivência e convivência humanitária, serviriam os conceitos de caridade, de solidariedade e de ação humanitária como base. Desses conceitos, desprende-se que: não se presume uma ação humanitária sem solidariedade; não se presume a solidariedade completamente apartada da caridade; mas esta última consegue caminhar solitária pela história, a prescindir da solidariedade e da ação humanitária.

Cada Organização que adota a solidariedade como motor de suas ações pode chegar a realizar efetivas ações humanitárias, desde que adotem os princípios internacionais humanitários e tenham seus projetos sociais revestidos de ideias aplicáveis e cujos resultados possam alinhar-se com a possibilidade de melhorar futuras intervenções.

4. Estudo acadêmico - O Papel das ONGs na segurança alimentar e nutricional da População Migrante

Sendo tema transversal a todos os atores políticos a necessidade de construir e manter um amplo consenso sobre a importância da cooperação e do desenvolvimento, é possível verificar que mesmo o Estado sendo o principal responsável para garantir segurança nutricional à sua população, ele não é capaz de dar conta sozinho de toda a sua dimensão (Silva, 2019).

Alencar (2001) pontuou que a segurança alimentar foi o fator crítico na evolução inicial da espécie humana e explicou que a inexistência dessa segurança acabou por delimitar a população atual. Para não permanecer à margem desse processo seletivo natural da vida apresentado por Alencar, e para garantir o acesso ao alimento seguro, nutritivo e suficiente, a todas as pessoas do mundo, quanto mais esforços for possível aglutinar, mais cedo será possível atingir as metas propostas pela FAO.

Nessa linha, este estudo acadêmico apresenta as ONGs como novas arenas da democracia e fonte de efetividade de direitos (Silva, 2019). A metodologia utilizada para a formulação desse estudo acadêmico foi a revisão de literatura.

4.1 Noções de segurança alimentar e nutricional

A ONU criou, em 1945, uma agência para liderar os esforços para a erradicação da fome e da pobreza - Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO). Além de estudar os alimentos, a FAO orienta os países a proteger as pessoas a partir da alimentação, do consumo responsável e acessível, e até mesmo quanto às questões do comércio de alimento entre esses países. Um dos projetos da FAO é o Programa Especial de Segurança Alimentar com vistas a reduzir substancialmente a quantidade de pessoas com fome no mundo.

O conceito de segurança alimentar surgiu durante a primeira guerra mundial, diante da preocupação que pairava sobre a capacidade de produção de alimentos para a população e sobre a capacidade de evitar situações de vulnerabilidade (Custódio et al., 2011). Este conceito evoluiu ao longo da segunda metade do século XX, passando de uma concepção essencialmente pautada na produção, para uma questão que implicava o acesso

aos alimentos, para enfim abraçar questões referentes à qualidade sanitária, biológica e nutricional, bem como à dimensão cultural dos alimentos (Aliaga et al, 2020).

Atualmente, a garantia de Segurança Alimentar e Nutricional está intimamente ligada à consolidação dos direitos humanos consagrados na Declaração Universal de 1948 (Burity, 2010). Ações como acessar, conseguir e utilizar são a base do direito humano à segurança alimentar e nutricional. Essa base sólida já pavimentou o caminho para que mais de 40 países tenham o direito à alimentação consagrado em sua constituição (FAO, 2006). Dentre os países da América Latina, tem-se o Brasil como exemplo, visto que já inseriu a segurança alimentar e nutricional no direito econômico, social e cultural, também ligando-a a outros direitos constitucionais, como à saúde e à educação (do Brasil, 1988). A Bolívia e o Equador também já reconheceram explicitamente o direito à alimentação como um direito humano individual a todas as pessoas (da Bolívia, 2009 e do Equador, 2008). Já a Colômbia, reconheceu esse direito expressamente, e especificamente, para as crianças (de Colômbia, 1991).

Países Europeus como Portugal, França, Espanha e Alemanha não tem o direito à alimentação consagrado em suas Cartas Constitucionais. Em Portugal, especificamente, o tema já foi objeto de várias propostas com vistas à Revisão a Constituição da República Portuguesa para incluir o direito à alimentação (Parlamento, 2022). Nenhuma das propostas foi aprovada até o momento. No entanto, o fato de não estar expresso nas Constituições de todos os países, não diminui completamente esse direito, pois estando expresso no artigo 25 da DUDH, esse direito é reconhecido como fundamental, universal e inalienável por todos os países membros da ONU (Humanos, 2015).

No que pese o reconhecimento constitucional explícito e claro ao direito à alimentação servir como referência para as ações do Governo, além de fortalecer decisões judiciais sobre o tema, não basta ter esse direito escrito na Lei. Se juízes e autoridades governamentais não tiverem uma compreensão da necessidade de reparação em caso de violação desse direito, ele pode simplesmente existir sem muita força impositiva, na prática (FAO, 2014).

Uma ponto ainda a ponderar é que já não se fala somente no direito à alimentação, porquanto o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) passou a fortalecer a necessidade de garantir a dignidade de viver com saúde e segurança pautada

no consumo de alimentos adequados ao bem estar. Nesse sentido, o caminho para avançar na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e superar a realidade sistemática de violações ao direito humano à alimentação está na capacidade tanto da sociedade civil, como dos titulares dos direitos em apoderarem-se da informação e dos instrumentos existentes para exigir a realização dos direitos humanos (Burity et al, 2010).

Para melhor definir a SAN, importa, primeiramente, não confundi-la com a falta de fome, tampouco relacioná-la apenas à pobreza. Assim, há de se perceber que todas as pessoas com fome se encontram numa situação de insegurança alimentar, mas nem todas as pessoas em insegurança alimentar têm fome (FAO, 2008).

É possível sentir fome mesmo em situações onde a pobreza econômica não está presente. Nesse sentido, mesmo sendo a pobreza uma causa da fome, a falta de nutrição adequada é causa implícita dessa condição, pois resulta até mesmo de excessos ou desequilíbrios no consumo de macro e/ou micronutrientes (FAO, 2008).

Quanto ao conceito de fome, o estudo da Universidade de Cornell concluiu ser um fenômeno com aspetos tanto físicos quanto psicológicos e sociais. Até a forma como os alimentos são obtidos e processo progressivo da fome serviram de base para o seu conceito. Assim, ensinou o estudo que a insegurança alimentar é sentida primeiro pelos adultos da família que diminuem suas porções alimentares ou mesmo a frequência alimentar. Depois, as crianças passam pelo mesmo processo. Essa rotina sequencial acaba por desencadear a insegurança alimentar em diversos níveis – de leve a severa (Radimer, 1990).

Antes da Cimeira Mundial da Alimentação, que ocorreu em 1996, o tema “Segurança Alimentar” sequer englobava a palavra “Nutricional”, de modo a concentrar as atenções à necessidade de produzir comida e distribuí-la. Quando o assunto passou a ser tratado sob a perspectiva dos direitos, um novo conceito nasceu para reforçar que a segurança alimentar existe quando todas as pessoas têm acesso a alimentos seguros e nutritivos, que satisfazem suas necessidades dietéticas para manter-se saudável e ativo, em qualquer momento da sua vida (FAO, 2008). Com essa concepção, as prioridades políticas e os esforços para combater a fome no mundo passaram a ser centralizados na garantia da segurança alimentar e nutricional. A Divisão de Agricultura e Economia do

Desenvolvimento (ESA) da FAO publicou, então, um documento que aponta as seguintes dimensões do conceito de segurança alimentar e nutricional (FAO, 2006):

1. Disponibilidade de alimento;
2. Acesso aos alimentos;
3. Utilização;
4. Estabilidade.

Segundo a FAO, a ajuda alimentar somada à produção independente de alimentos ou à aquisição por importação, deve estar à disposição das pessoas sob dois requisitos imprescindíveis: quantidade e qualidade. Alcançada esta dimensão, cabe assegurar o direito ao acesso aos alimentos. Nesse sentido, importou destacar que o acesso não se limita ao alimento em si, devendo ser traçado o caminho em direção à garantia de uma dieta nutritiva – o que envolve questões legais, políticas, econômicas e sociais da comunidade em que vive. A utilização dos alimentos, como terceira dimensão do conceito de segurança alimentar, envolve questões que realçam a importância dos fatores de produção não alimentares: saneamento, água potável e cuidados com a saúde. Alcançadas as três dimensões ora expostas, é necessário estabelecer condições para mantê-las numa rotina cotidiana. A estabilidade, como dimensão do conceito de segurança alimentar, deve ser perseguida levando em conta a possibilidade de crises climáticas ou econômicas.

O acesso a alimentos adequados, em todos os momentos, é imprescindível para alcançar a segurança alimentar de uma população, agregado familiar ou indivíduo (FAO, 2006). A segurança alimentar e nutricional é um desafio global, já que traduz a capacidade de adquirir e consumir, de forma regular e permanente, alimentos de qualidade e quantidade suficientes, porquanto as populações ainda sofrem com as desigualdades sociais e econômicas que tolhem essa capacidade (Cardoso et al, 2012).

O Conselho Consultivo Científico do Secretário Geral das Nações Unidas reconheceu este desafio de garantir alimentos para toda a humanidade, de forma sustentável (UN DESA, 2023). Essa autoridade destacou que o aumento da produção de alimentos nutricionalmente ricos deve estar intimamente ligada às necessidades da saúde da humanidade e à preservação do meio ambiente, da biodiversidade de plantas, animais e microrganismos, utilizando prudentemente os insumos essenciais sobre o solo e a água.

Para tanto, adotou uma agenda cuja prioridade é a erradicação da pobreza, a saúde, a educação e a segurança alimentar e nutricional, somados a objetivos econômicos, sociais e ambientais (UNESCO, 2016). Com vistas a acabar com a fome e com todas as formas de malnutrição, a UNESCO decidiu destinar recursos para desenvolver áreas rurais, a agricultura e a pesca e nominou um específico Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ODS 2, para, literalmente, “acabar com a fome alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”.

Ferro-Lebres (2021) refere que a maneira pela qual a sociedade produz e consome alimentos tem profundo impacto na saúde das populações, nas relações sociais e no meio ambiente. Ele sublinha que as mudanças climáticas aumentam o desafio da segurança alimentar, porquanto o aumento ou diminuição da temperatura pode influenciar a produtividade de alimentos e afetar os preços dos alimentos, tornando o acesso ainda mais difícil por pessoas mais pobres.

Sendo transversal a outros Objetivos de Desenvolvimento, o ODS 2 é parte do equilíbrio das dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, é possível observar, com clareza, que o caminho para alcançar o ODS 2, cruza com o caminho do ODS 1 (acabar com a pobreza) e com o ODS 10 (reduzir as desigualdades). Além disso, relaciona-se, de alguma forma, com todos os demais Objetivos e diretamente com o ODS 6 (água potável e saneamento), com o ODS 7 (energias renováveis e acessíveis), com o ODS 13 (ação climática), com o ODS 14 (proteger a vida marinha), com o ODS 15 (proteger a vida terrestre) e com o ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) - este último numa dimensão em que a paz e a estabilidade seriam impossíveis sem segurança alimentar (Mundo, 2016).

Em linha com as orientações da ONU, Portugal criou, em 2018, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSANP) (República, 2018) e no ano 2021 aprovou a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) (República, 2021). As legislações portuguesas de âmbito nacional que regulamentam o CONSANP e a ENSAN primam por contribuir para a concretização do direito humano à saúde e à alimentação adequada, bem como para a definição de uma visão integrada das matérias relativas à segurança alimentar e nutricional. Dentre as atribuições do CONSANP está estimular e garantir a confiança dos consumidores nos produtos alimentares que circulam em Portugal, sem perder de vista o direito de acessar alimentos

“culturalmente aceitáveis”, fortalecido em razão da parceria entre os países de língua portuguesa, pela ENSAN-CPLP.

4.2 Migração e insegurança alimentar

A insegurança alimentar apresenta-se persistente no contexto migratório (Elero, 2018). Deste modo, a ajuda humanitária é necessária, urgente e perene para prevenir crises alimentares e fome. Neste contexto, a FAO sugere que sejam desenvolvidos pelos Governos programas e medidas que ajudem efetivamente os migrantes a reconstruir seus meios de subsistência, para que a insegurança alimentar, seja evitada (FAO, 2017). Até a minimização das barreiras sociais, culturais e ambientais para uma alimentação saudável pode funcionar como uma ação inclusiva de migrantes na construção das garantias da sua segurança alimentar (Dubowitz et al, 2007).

Desde que adotou o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), Portugal já visava assegurar atendimentos a todas as pessoas, porquanto verificava o uso frequente, e por vezes inesperado, do sistema de saúde pela população migrante (República, 2015). O POAPMC permanece ativo e serve de apoio alimentar, expresso na entrega de cabazes de alimentos que visam assegurar 50% das necessidades energéticas e nutricionais do beneficiado. Quando, em 2021, Portugal criou a ENSAN, apontou, em nota de abertura, a preocupação com a resiliência das populações, indicando a necessidade de respostas às necessidades humanitárias “decorrentes da migração”, dentre outras (República, 2015). De fato, na conceção em torno dos fenômenos migratórios, não seria possível para Portugal desconsiderar a necessidade de sistemas alimentares e nutricionais inclusivos, ainda mais considerando que a XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, de 27 de agosto de 2023, decidiu que a segurança alimentar e nutricional passaria a ser ponto permanente em todas as suas Conferências (CPLP, 2023).

Como a alimentação abrange aspetos que não se limitam apenas ao acesso aos alimentos em si, mas ao próprio contexto (Brito et al, 2020), não basta ter o alimento à disposição, é necessário que este alimento, além de suficiente em quantidade e qualidade, possa ser consumido com regularidade. Sendo Portugal um país de imigração (Peixoto, 2004), o consumo regular de alimentos típicos portugueses pode ser um desafio. Nesse

sentido, Lima et al (2012) sugere que os princípios da soberania dos povos, no que se refere a decisão sobre o que produzir e como produzir e, também, do direito humano a alimentação saudável com respeito a diversidade cultural, são indissociáveis da concepção contemporânea de segurança alimentar e nutricional.

Ao comunicar sobre a segurança alimentar de migrantes e refugiados, Elero et al (2018) incluiu a “pouca variedade de alimentos” como uma das barreiras adicionais enfrentadas por esta parcela da população e ensinaram que os problemas estruturais como as questões legais, políticas, econômicas e sociais, associados à essa barreira e/ou à outras, quando examinados em conjunto, acabam por definir diferentes configurações de vulnerabilidades dos migrantes e refugiados.

O trabalho com indivíduos migrantes requer a compreensão dos padrões e das práticas alimentares que definem a sua cultura, pois a aculturação pode ser um fator de risco para a segurança alimentar e nutricional (Barcelos et al, 2023). Como cada país tem uma cultura e uma prática alimentar e essas características estão intimamente ligadas à sua história, ao seu ambiente e às exigências específicas impostas ao grupo social nacional pelo dia-a-dia, cada sociedade tem um conjunto de códigos alimentares, que nas suas práticas, consolidam suas tradições e inovações (Pereira, 2018). Camargo et al (2021. p. 123) descreve a alimentação como “um discurso com vocabulário, morfologia, sintaxe e retórica próprios de cada cultura sob a forma de preparo, serviço e consumo”.

A aculturação traz consigo uma diminuição da comensalidade familiar e mudanças no formato das compras e refeições. Ao buscar melhores condições de vida noutro país, os migrantes acabam sofrendo as consequências de uma mudança cultural abrupta (Barcelos 2023).

Inegavelmente, existem diferenças expressivas entre os países quanto à prática alimentar de suas populações. O Instituto Colombiano de Bem-estar familiar, por exemplo, define práticas alimentares como o caldo de batatas (sopa de batata em água salgada e leite) e a arepa (tortilhas preparadas com farinha de milho). Este Instituto ressalta também que o arroz branco é alimento básico entre as famílias. Já em Portugal, os alimentos com inegável cunho identitário são o bacalhau, o azeite, os queijos e enchidos (Branco, 2021). No Brasil, a mandioca é um dos alimentos mais importantes (Picanço, 2017), e é possível perceber a antiguidade do cultivo deste alimento típico ao

ler uma parte da carta de Pero Vaz de Caminha no ano de 1500, que narrou ao Rei de Portugal que “os povos encontrados não comiam outra coisa a não ser o inhame que brotava da terra” (Caminha, 1500). Mesmo fora do seu país, considerando a antiguidade desse alimento, é natural que os brasileiros procurem a mandioca e seus derivados para fazer parte do seu cotidiano.

A busca pelo alimento tradicional, ou seja, aquele com o qual a pessoa está mais habituada, pode comprometer sua segurança alimentar e nutricional se isso também implicar na diminuição da quantidade de comida e de nutrientes ingeridos diariamente. Nesse contexto, a saudade de um alimento por parte dos migrantes pode afetá-lo.

Por outro lado, essa saudade que estimula a busca por determinado alimento também é capaz de diversificar a cultura alimentar do país migrado, já que os fenômenos migratórios acentuam a “deslocalização dos alimentos”, no contexto de globalização das práticas alimentares como contributo para o enriquecimento dos regimes alimentares locais (Suremain & Katz, 2009). A deslocalização de um costume alimentar leva consigo os próprios alimentos. Atloé & Azevedo (2018) explica o fenômeno, nominando-o de “comida migratória”, como elemento definidor de uma comunidade que pode preservar a étnica do grupo, mas que também pode construir uma identidade completamente nova. E assim concluem que em um mundo de constantes mudanças e deslocamentos, não se sustenta a ideia de uma cultura alimentar global. Pelo contrário, as reconstruções das culturas alimentares são possíveis e existem. O deslocamento de alimentos, associado ao deslocamento de pessoas não é nenhuma novidade e sempre estiveram interligados (Rocha, 2017).

Martins (2019) atribui à migração o crescente fluxo de matéria-prima alimentar capaz de expandir as culturas gastronômicas dos países, através do aumento da diversidade e disponibilidade de alimentos. E sobre as implicações da globalização alimentar, sublinha que elas ultrapassam a questão das trocas gastronômicas e da crescente disponibilidade alimentar, alcançando até a maneira como as pessoas interagem com novos alimentos.

Granada et al (2017) explica que é importante compreender as especificidades da população migrante, bem como a necessidade do aumento da sua qualidade de vida, da promoção da equidade de acesso à saúde e ao trabalho. Ele traz ainda conclusões

importantes sobre a necessidade da luta contra as desigualdades, discriminação e preconceito com o desenvolvimento de políticas públicas. Padilla (2013) alerta que a vida dos imigrantes está geralmente focada no trabalho, pelo que a saúde como tal raramente é pensada como central em suas vidas, resultando numa dependência cada vez maior do apoio humanitário para atender suas necessidades alimentares, além de outras necessidades básicas.

4.3 Papel das ONGs no combate à insegurança alimentar

O termo ONG foi bastante utilizado na década de 40, pela ONU, para designar entidades de projetos de interesse público ou humanitário, sempre como uma referência à organizações de solidariedade com o intuito de reorganizar a democracia (Landim, 1993). Na década de 70 as ONGs eram mais reconhecidas como associações dos movimentos sociais e a partir da década de 90 passaram a receber o caráter de parceiras do Estado (Gomes & Coutinho, 2008).

A Lei Portuguesa nº 66/98 definiu ONGs como pessoas jurídicas coletivas de direito privado, sem finalidade lucrativa (República, 1998). A primeira ONG oficialmente reconhecida foi a Cruz Vermelha (Vieira, 2001).

O combate à insegurança alimentar perpassa pelo combate às desigualdades sócio econômicas das populações. As ONGs que realizam ações aparentemente pequenas, voltadas à ajuda alimentar, já são reconhecidas pela Aliança Contra a Fome e Insegurança Alimentar de Portugal (ACFMN, 2021). Esta plataforma de diálogo, intervenção e informação destaca que uma simples ajuda alimentar já constitui um apoio provisório que alivia os efeitos imediatos da fome, até que se alcance uma saída sustentável dos patamares da pobreza e de exclusão social que podem garantir o fim da insegurança alimentar. Segundo a ACFMN, a primeira responsabilidade de lutar pelo fim da pobreza estrutural, ao ponto de eliminar a necessidade de ajuda alimentar, é do Estado, através das políticas públicas no domínio econômico, social e da saúde, mas essa ajuda, por parte das ONGs, continua necessária e indispensável.

A FAO recorrentemente convida os chefes de Estado e de Governo para reunirem esforços para acabar com a fome no mundo. Aliados neste combate, com contributos importantes para atingir as metas propostas pela FAO, estão as ONGs.

As ONGs são instrumentos de cobrança de direitos, exercendo forte pressão sobre o Estado pela garantia dos direitos humanos, além de que envolvem a sociedade civil no controle político dos atos públicos (Burity et al 2010). Pelo trabalho de campo que realizam e o contato direto com as comunidades locais, muitas ONGs estão em condições de até mesmo alertar as comunidades internacionais acerca de possíveis conflitos (Araújo, 2010). Em 2012, já se registrava o alargamento exponencial deste tipo de organização envolvida na “ajuda não-pública” (Cardoso et al, 2012).

Mas Almeida (1995) afirmou que as ONGs finalmente passaram a ter relevância conferida quando os problemas globais da humanidade dentro do processo de globalização emergiram. O autor explicou que a possibilidade de trocar experiências e informações com a verdadeira expressão dos movimentos civis passou a ser necessária, destacando ainda que estes movimentos já não aceitavam ficar inertes à espera das decisões do poder público, sem poderem sequer opinar em alguns assuntos (Almeida,1995). Quanto a esse desejo de participar ativamente das decisões do Estado, Scherer-Warren (1995) explica que não se tratava de vanguardismo ou de pretender protagonizar em tarefas que são, originariamente, do Estado. Mas, de facto, as ONGs foram se formando na sociedade civil como uma nova ferramenta do movimento social para alcançar ações políticas democráticas, horizontais e pluralistas. No final da Primeira Guerra Mundial, as ONGs já eram mais admitidas como colaborativas, sendo até convidadas a contribuir na redação de normas para a proteção dos direitos humanos (de Araújo, 2010).

De Assis (2021) lembra que mesmo com o reconhecimento da relevância do trabalho das ONGs, ainda há uma pressão crescente para que comprovem seu impacto. De fato, as expectativas por resultados precisam estar alinhadas com a possibilidade de melhorar intervenções futuras, permitindo processos de reflexão e aprendizagem.

Kepple & Segall-Corrêa (2011) ao avaliar a importância das ONGs, destacou atuações imprescindíveis na definição de indicadores para a mensuração da fome, a partir dos anos 80. Eles explicam que, nessa década, as medidas antropométricas já não serviam,

pois se viam pessoas carentes, com fome, mas com alto grau de obesidade, mas também era possível perceber pessoas com fome, apesar de larga condição financeira. Algo ali, portanto, precisava ser ajustado, especialmente quanto aos indicadores que mediam aquelas fomes. Nesse contexto, segundo os autores, foram exatamente as ONGs (citando a Community Childhood Hunger Identification Project – CCHIP e o projeto desenvolvido por Radimer et al na Universidade de Cornell) que contribuíram para o equilíbrio dos estudos sobre Segurança Alimentar e Nutricional, ao passo que construíram uma nova escala de SAN, até hoje utilizada, cujas bases são o conceito de fome e a procura por assistência alimentar (Kepple & Segall-Corrêa, 2011). A fome, como um fenômeno com aspectos tanto físicos quanto psicológicos e sociais (Radimer, 1990). E sobre a procura de assistência alimentar como base para a nova escala de SAN, importa destacar que o contributo da ONG Estadual CCHIP ao simplesmente chamar a atenção para o fato de havia um número crescente de pessoas que a procurava em busca de alimentos básicos. Como o trabalho dessa ONG estadual foi posteriormente assumido pela ONG de âmbito nacional chamada Food Research & Action Center – FRAC, multiplicando os apoios alimentares emergenciais, essa busca constante e crescente passou a ser tratada como um indicativo de insegurança alimentar do país (Kepple & Segall-Corrêa, 2011).

Como lembrava Vilanculo (2003) as ONGs são uma alternativa de desenvolvimento de confiança, mesmo quando desenvolvem projetos de pequena escala. Mas o autor também aponta aspectos positivos e negativos da atuação das ONGs pela promoção de segurança alimentar. Estas organizações são importantes na melhoria das condições de vida das comunidades, que atendem e até complementam as atividades do governo, promovem a democracia, o bem-estar social e a defesa de valores como os direitos humanos e a paz. Por outro lado, há muita confusão quanto aos objetivos dos seus projetos, impulsionando-as através de inadequados métodos de intervenção e chama a atenção para a escassez de estudos de viabilidade dos mesmos projetos (Vilanculo, 2003). Já Mluf (1999) reconhece que as ações públicas de segurança alimentar não teriam êxito se não tivessem contado com o apoio de organizações não-governamentais e com elementos de mobilização e organização presentes naquela comunidade.

A ONG Cáritas Diocesana do Porto através do projeto social PertenSer+ destina apoio social e acolhimento humano às famílias migrantes, na persecução de sua integração à sociedade portuguesa e garantia da segurança alimentar e nutricional. O

trabalho de proteção, assistência e integração dos migrantes, pela Cárias do Porto, é exemplo concreto de estratégia para o combate à insegurança alimentar.

Conclusão

O estágio realizado na Cáritas do Porto possibilitou a aplicação dos conhecimentos adquiridos no Mestrado em Ação Humanitária, Cooperação e Desenvolvimento, bem como a fortalecer a parceria entre a ONG e a Universidade. As ações desenvolvidas durante o estágio serviram, mesmo que indiretamente, de pavimentação para a ideia de elaborar um estudo acadêmico com foco em migração e segurança alimentar e nutricional.

Todo o trabalho ora desenvolvido no âmbito e durante um estágio de ação humanitária evidenciou que, embora a população estrangeira em Portugal seja crescente, não há como afirmar que já existe um conjunto de medidas suficientes para a construção de políticas migratórias sólidas ou movimentos civis capazes de resolver as questões sociais e econômicas que deste universo. Ficou evidente que os migrantes precisam do apoio dos portugueses para alcançarem segurança alimentar e nutricional.

O estudo acadêmico revelou a importância do envolvimento da sociedade civil na construção de cenários com maior segurança para aqueles que chegam ao país com a intenção de residir. Também contribuiu para a reflexão sobre a complexidade do fenômeno migratório, e sobre o quanto a SAN afeta positivamente, além dos migrantes, os próprios portugueses, na medida em que ambos são parte de um todo, qual seja o próprio país e sua economia.

Ao trazer a Cáritas para o centro deste trabalho, foi possível reconhecer que o seu nome transcende a tradução da própria palavra. De diversas formas, esta organização eclesial católica movimenta a caridade e a solidariedade, as quais revestem suas ações. A raiz histórica da Cáritas, fincada nos trabalhos voltados à população migrante, associada ao animus criativo da equipa da Cáritas do Porto, fez florescer seu carisma ancestral. O trabalho de proteção, assistência e integração dos migrantes revela esta Organização como um verdadeiro agente de implementação dos Direitos Humanos, sendo possível afirmar ela não só afeta positivamente as pessoas que atende, mas também permite aos seus voluntários ter uma ímpar experiência humana-social.

Referências bibliográficas

ACFMN (2021). Ajuda Alimentar. Portugal. Disponível em: <https://www.acfmnportugal.pt/direito-a-alimentacao-e-seguranca-alimentar/ajuda-alimentar>. Consulta em 12/02/2024.

Agier, M. (2012). Uma exceção redobrada. Espaços, tempo e atores do governo humanitário. *Desigualdade & Diversidade–Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, (11), 11-22.

Alencar, Á. G. D. (2001). Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome. *Revista brasileira de política Internacional*, 44, 137-144.

Aliaga, M. A., Santos, S. M. C. D., & Trad, L. A. B. (2020). Segurança alimentar e nutricional: significados construídos por líderes comunitários e moradores de um bairro popular de Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 36, e00169218.

Almeida, J. C. (2007). Antropologia da solidariedade. *Notandum*, 14, 67-71. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7441617/mod_folder/content/0/B1_4_Almeida_2007_solidariedade.pdf. Consulta em 19/02/2024.

Altoé, I., & de Azevedo, E. (2018). Comida migratória: a cultura alimentar e as identidades de refugiados. *Revista del CESLA*, (22), 247-264.

Barcelos, T. D. N. D., Cavalcante, J. R., Faerstein, E., & Damião, J. D. J. (2023). Migração forçada, refúgio, alimentação e nutrição: uma revisão integrativa da literatura na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 33, e33026.

Branco, L. C. S. (2021). HÁBITOS E PRÁTICAS ALIMENTARES NA SOCIEDADE PORTUGUESA Mudanças e reconfigurações. *SOCIOLOGIA ON LINE*, (26), 56-81

Brito, A. P., Lima, V. N., Rêgo, A. S., Dias, L. P. P., Silva, J. D., Carvalho, W. R. C., & Barbosa, J. M. A. (2020). Fatores associados à Insegurança Alimentar e Nutricional em comunidade carente. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 33, 1-11.

Burity, V., Franceschini, T., Valente, F., Recine, E., Leão, M., & Carvalho, M. D. F. (2010). *Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional* (Vol. 91, pp. 35-39). Brasília: Abrandh.

Camargo, C. A. D. O. (2015). A Caritas Arquidiocesana de São Paulo: sua missão como organismo eclesial de promoção humana.

Caminha, Pero Vaz. (1500). Carta. Disponível em: https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Consulta realizada em 04/01/2024.

Campanholo, B. G. (2019). Antes do refúgio: a história não contada da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (1976-1982). Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2321.pdf>. Consulta em: 11/03/2024

Cardoso, F. J., Ferreira, P. M., & Seabra, M. J. (2012). Portugal e os Desafios Atuais da Cooperação para o Desenvolvimento. *Ata da sessão de Debate “Portugal e os Desafios Atuais da Cooperação para o Desenvolvimento*.

Caritas. (2024, fevereiro 24). *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Retrieved 17:32, fevereiro 24, 2024 from <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Caritas&oldid=67532911>.

Ciambellini, M. (2023). *Migrações, Racismo e Vidas Desperdiçadas* (Doctoral dissertation). Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/150588/1/Relat%c3%b3rio%20Est%c3%a1gio%20-%20Marco%20Ciambellini.pdf>. Consulta em 12/01/2024.

CONSENSO EUROPEU EM MATÉRIA DE AJUDA HUMANITÁRIA (2008). Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A42008X0130%2801%29>. Consulta realizada em 28/05/2023.

CPLP (2023). Resolução sobre as recomendações da IV Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP. Publicado em 27/08/2023. Disponível em:

https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFiler%2fcplp%2fCCEG%2fXIV-CCEG%2fR5_Resolucao-CCEG-sobre-recomendacoes-IV-ROCONSAN_ aprovado.pdf. Consulta em: 24/03/2024

Custódio, M. B., Furquim, N. R., dos Santos, G. M. M., & Cyrillo, D. C. (2011). Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 18(1), 1-10.

da Bolívia, C.E.P (2009). Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia de 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/97953/constituicao-do-estado-plurinacional-da-bolivia-de-2009>. Consulta em 25/03/2024.

da Rosa, S. C. D. N., & Orzechowski, S. T. (2023). A CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA SOCIAL NA EDUCAÇÃO SOCIAL: HISTÓRICO E PRÁTICAS DA ENTIDADE CARITAS SOCIALIS–GUARAPUAVA/PR. *Teceres: Revista da AINPGP*, 2(1), 19-19.

de Araújo, S. M. V. G. (2010). Origem e principais elementos da legislação de proteção à biodiversidade no Brasil.

de Assis, R. V. (2021). *Avaliação e eficácia das ONG: o projeto “Cáritas lusófonas em rede: inovar para o impacto”* (Doctoral dissertation, Universidade de Lisboa (Portugal)).

de Colombia, C. P. (1991). CONSTITUCION POLITICA DE LA REPUBLICA DE COLOMBIA 1991. *Santa Fé de Bogotá: Gaceta Constitucional*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/97967/constituicao-da-colombia-de-1991-revisada-em-2015>. Consulta em: 25/03/2024.

de Paises, I. D. N. (2022). Estudo sobre as Migrações e a Integração de Nacionais de Países Terceiros em Portugal: Políticas locais para imigrantes. Disponível em: https://www.cm-viana-castelo.pt/wp-content/uploads/2022/12/estudo_sobre_politicas_locais.pdf. Consulta em: 12/03/2024.

do BRASIL, C. F. (2010). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Recuperado de <http://www.ritmodeestudos.com.br>.

do Equador, C. (2008). Constituição do Equador de 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/97981/constituicao-do-equador-de-2008-revisada-em-2021>. Consulta em 25/03/2024.

dos Santos Vaz, A. (2016). Onde abundou o pecado superabundou a graça. *Didaskalia*, 46(2), 179-206.

Dubowitz, T., Acevedo-Garcia, D., Salkeld, J., Lindsay, A. C., Subramanian, S. V., & Peterson, K. E. (2007). Lifecourse, immigrant status and acculturation in food purchasing and preparation among low-income mothers. *Public health nutrition*, 10(4), 396-404.

Elero, Y., Rosaneli, C. F., da Rocha, A. S. P. S., Friedrich, T. S., da Cruz, J. S. D. E., & da Cunha, T. R. (2018). Segurança alimentar de migrantes e refugiados: um desafio bioético. *Revista Brasileira de Bioética*, 14(edsup), 192-192.

FAO (2006). Comida Segura. Publicado em 2 de junho de 2006 pela Divisão de Agricultura e Economia do Desenvolvimento. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/policy-brief-food-security-issue-2-june-2006>. Consulta em 25/03/2024.

FAO (2006). Comida Segura. Publicado em 2 de junho de 2006 pela Divisão de Agricultura e Economia do Desenvolvimento. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/policy-brief-food-security-issue-2-june-2006>. Consulta em 25/03/2024.

FAO (2008). Uma introdução aos conceitos básicos de segurança alimentar. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/2357d07c-b359-55d8-930a-13060cedd3e3/>. Consulta em 25/03/2024.

FAO (2014). O direito à alimentação no quadro internacional dos direitos humanos e nas Constituições. *Cadernos de Trabalho sobre Direito à Alimentação. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Roma*. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/es/c/7d5e25eb-6876-4efc-9ccf-b08955e7b884>.

Consulta em: 24/03/2024

FAO (2017). Conflito, migração e segurança alimentar: o papel da agricultura e do desenvolvimento rural. Economia da Agroalimentar. Disponível em: <https://www.fao.org/agrifood-economics/publications/detail/en/c/1132267/>. Consulta em: 26/03/2024.

Ferreira, J. (2004). O Humanitário: uma história de ideologias e práticas face às populações vulneráveis. *Entre a Garantia de Direitos Humanos e a Realidade de Vida das Crianças e dos Adolescentes em Âmbito Internacional*, 89.

Ferro-Lebres, V. (2021). Insegurança alimentar em académicos de origem lusófona- impacto no consumo de azeite. *III Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas: livro de resumos*.

Gomes, I., & Coutinho, J. A. (2008). Estado, movimentos sociais e ONGs na era do neoliberalismo. *Espaço Acadêmico*, 8(89).

Granada, D., Carreno, I., Ramos, N., & Ramos, M. D. C. P. (2017). Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 21, 285-296.

HUMANOS, D. U. D. D. (2015). Declaração universal dos direitos humanos. *Acesso em*, 13, 175-196.

INSTITUTO CAMÕES (2023). Disponível em <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-portuguesa/mandato/ajuda-humanitaria-de-emergencia>. Consulta realizada em 28/05/2023.

Kepple, A. W., & Segall-Corrêa, A. M. (2011). Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16, 187-199.

Landim, L. (1993). A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível. *Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Disponível em: [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/a-invencao-das-ongs-\(\)-leilah-landim-assumpcao.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/a-invencao-das-ongs-()-leilah-landim-assumpcao.pdf). Consulta em: 26/03/2024.

Lima, S. C., Magalhães, R., Fonseca, L. E., & Carvalho, A. D. (2012). Segurança Alimentar e Nutricional na comunidade dos países de língua portuguesa: desafios e perspectivas. *Rio de Janeiro: World Nutrition*.

LNCF. 2021. Há uma diferença entre caridade e solidariedade?. Publicado em 30/11/2021. Disponível em: <https://www.lncf.pt/blog/ha-uma-diferenca-entre-caridade-e-solidariedade>. Consulta realizada em 11/02/2024.

Lorenz Werthmann. (2022, maio 14). *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Retrieved 05:55, maio 14, 2022 from https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lorenz_Werthmann&oldid=63583037.

Maluf, R. S. (1999). *Ações públicas locais de apoio à produção de alimentos e a segurança alimentar*. Pólis Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais.

Mariz, R. R. (2015). A solidariedade social como rosto da caridade. *Theologica*, 50(1), 27-39. Disponível em: <file:///C:/Users/posto/Downloads/2645-article-5524-1-10-20191030.pdf>. Consulta em 19/02/2024.

MARTINS, Eddy Francisco (2014). GERAÇÕES SOLIDÁRIAS: Ação Humanitária na Promoção da Solidariedade Intergeracional. Universidade Fernando Pessoa. Dissertação disponível em: <http://hdl.handle.net/10284/4250>. Consulta realizada em 28/05/2023.

Martins, L. D. C. (2019). Comida de cá e de lá: processos migratórios e alimentação migrantes em situação vulnerável: narrativas de vida e trajetórias alimentares.

Martins, L. D. C. (2019). Comida de cá e de lá: processos migratórios e alimentação migrantes em situação vulnerável: narrativas de vida e trajetórias alimentares.

Mundo, T. N. (2016). a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. *Recuperado em, 15, 24*.

Padilha, M. I. C. D. S., & Mancia, J. R. (2005). Florence Nightingale e as irmãs de caridade: revisitando a história. *Revista brasileira de enfermagem*, 58, 723-726. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/ssxh6MfGXgHZxVDpBYTjX9v/>. Consulta em 01/01/2024.

Padilla, B. (2013). Saúde dos imigrantes: multidimensionalidade, desigualdades e acessibilidade em Portugal. *REMHU: Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, 21, 49-68.

Padilla, B., & Ortiz, A. (2012). Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. Balanços e desafios. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 20, 159-184.

Parlamento (2022). Projetos de Revisão Constitucional. Disponíveis em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=152048>; <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=152052>. Consulta em: 24/03/2024.

Passos, J. D. (2022). Crise humanitária e consciência humanitária em construção. *Revista de Cultura Teológica*, (103), 27-44.

Peixoto, J. (2004). País de emigração ou país de imigração?: Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal.

Pereira, P. P. G. (2003). Dilemas éticos: os limites da caridade. *Revista de Direito*, 1(1), 219-236.

Picanço, M. D. N. B. (2017). Comida, consumo e identidade: Notas etnográficas por entre os processos migratórios da mandioca; do contexto brasileiro e paraense ao contexto europeu. *Mosaico*, 8(13), 203-221.

Puzzi, T. F. A comunicação na perspectiva da mobilização de recursos: um planeamento estratégico à caritas brasileira. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/7904>. Consulta em: 28/03/2024.

Radimer, K. L., Olson, C. M., & Campbell, C. C. (1990). Development of indicators to assess hunger. *The Journal of nutrition*, 120, 1544-1548.

República, Dário da. (2015). Portaria n.º 190-B/2015, de 26 de junho. Aprova o Regulamento Geral do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas e o Regulamento Específico do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais

Carenciadas. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/190-b-2015-67618691>. Consulta em: 26/03/2024.

República, Diário da (1983). Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro. Aprova o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/119-1983-311401>. Consulta realizada em: 12/03/2024.

República, Diário da (2021). Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2021, de 13 de setembro. Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/132-2021-171183636>. Consulta em: 28/03/2024.

Resolução 46/182, de 19/12/1991. Assembleia Geral da ONU. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/resolution/gen/nr0/582/70/img/nr058270.pdf?token=lfioP8RswMi1CI6TQC&fe=true>. Consulta em 19/02/2024.

Resolução 58/114 de 17/12/2003. Assembleia Geral da ONU. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n03/501/42/pdf/n0350142.pdf?token=AB1RyVjO5EjmBzSkt1&fe=true>. Consulta em 19/02/2024.

Ribeiro De Castro, H. (2014). Caridade e filantropia: duas visões de justiça. *Semanário Ecclesia*, 1447, 25-29.

Rocha, C. P. V. D. (2017). Comida em uma cidade global: práticas alimentares de imigrantes transnacionais em Amsterdã. Disponível em: https://navi.paginas.ufsc.br/files/2017/11/Tese_-Comida-em-uma-cidade-global_pr%C3%A1ticas-alimentares-de-imigrantes-transnacionais-em-Amsterd%C3%A3.pdf. Consulta em: 26/03/2024.

RODRIGUES, K. P. (2007). Cáritas e ação social católica: “caridade libertadora” como solidariedade. *III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Questão social e desenvolvimento no século XXI*.

Rufin, J. C. (1993). Les pièges de l'humanitaire. *Revue des deux mondes*, 129-139.

Rysaback-Smith, H. (2015). History and principles of humanitarian action. *Turkish journal of emergency medicine*, 15, 5-7.

Sagrada, B. (1969). Antigo e novo testamento. Trad. João Ferreira de Almeida. Edição revista e atualizada no Brasil. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil.

Scharf, R. (2013). Filantropia de resultados. *Página 22*, (73), 35-35. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/pagina22/article/download/28453/27324>. Consulta em: 28/03/2024.

Scherer-Warren, I. (1993). *Redes de movimentos sociais* (Vol. 1). Edições Loyola.

Seguchi, E. (2002) A História da Cruz Vermelha Internacional. *Cadernos de Direito*, 1(2), 199-216.

Seidl, E. (2003). A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul. Disponível em: http://acervo.paulofreire.org/jspui/bitstream/7891/2677/1/FPF_PTPF_17_0027.pdf. Consulta em: 27/03/2024.

Silva, A. F. A. (2019). Caritas: organização da sociedade civil efetivando direitos humanos. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/22833>. Consulta em: 26/03/2024.

Silva, M. (Ed.). (1989). *Pobreza urbana em Portugal: um inquérito a famílias em habitat degradado, nas cidades de Lisboa, Porto e Setúbal* (No. 13). Cáritas Portuguesa.

Suremain, C. É. D., & Katz, E. (2009). Introdução: modelos alimentares e recomposições sociais na América Latina. *Anthropology of food*, (S6).

Teixeira, H. A. C. (2015). A diaconia/caritas moderna: a teogapia institucionalizada. *Estudos Teológicos*, 55(2), 333-346.

UN DESA (2023). The Sustainable Development Goals Report 2023: Special Edition - July 2023. New York, USA: UN DESA. © UN DESA. <https://unstats.un.org/sdgs/report/2023>.

UNESCO (2016). Segurança alimentar e saúde. Resumo de políticas do Conselho Consultivo Científico do Secretário Geral da ONU. Publicado em 28 de dezembro de

2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246887>. Consulta em 25/03/2024.

União Europeia, 2023. Operações Europeias de Proteção Civil e Ajuda Humanitária: Princípios humanitários. Disponível em: https://civil-protection-humanitarian-aid.ec.europa.eu/who/humanitarian-principles_en. Consulta em: 19/02/2024.

Vicente de Paulo. (2023, junho 2). *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Revisado em 2/06/2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Vicente_de_Paulo#Refer%C3%A0ncias. Consulta em: 12/03/2024.

Vieira, L. (2001). Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização. In *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização* (pp. 403-403).

Vilanculo, C. A. U. (2003). ONGs e seu papel na promoção da segurança alimentar o caso da parceria INTERMON-OXFAM e APOJ em Marracuene (2002-2003).

Wegmann, Heiko (2006). Dr. Lorenz Werthmann e seu lado sombrio colonial. Disponível em: <https://www.freiburg-postkolonial.de/Seiten/werthmann.htm#6>. Consulta em: 30/03/2024.

Werle, A. C. (2006). A revista de tropas do exército católico alemão: Congressos católicos na Alemanha e no Sul do Brasil.

Westphal, V. H. (2008). Diferentes matizes da ideia de solidariedade. *Revista Katálysis*, 11, 43-52.